

Cadernos do NEGA

A construção dos Bancos Comunitários de
Desenvolvimento em Porto Alegre:
O Banco Comunitário Justa Troca

Núcleo de Estudos em Gestão Alternativa
NEGA/EA/UFRGS
Porto Alegre, janeiro de 2017

Realização:

Ana Mercedes Sarria Icaza
Pedro de Almeida Costa
Samuel Bastos Bracaggioli
Murilo Gelain
Ana Marcela Sarria
Luisa Chini

Equipe do NEGA**Professores:**

Ana Mercedes Sarria Icaza
Fábio Meira
Pedro de Almeida Costa

Técnicas

Daniela de Oliveira
Fernanda Schutz

Bolsistas

Ana Danielle Santana Cavalheiro
Camila Bráz
Davi
Fernanda
Giovana
Juliana
Larissa
Luiza
Mariana
Meriene
Murilo Gelain
Natália
Priscila
Samuel Bastos Bracaggioli

**Equipe do Banco
Comunitário Justa Troca**

Eva Nelita
Edília
Nelsa Nespolo
Luciana
Jaqueline
Liane
Michele
Luciane

Capa e Diagramação

Dora Castagnino
Patuá Comunicação Solidária
www.patua.org.br

A Sandra Magalhães, pioneira da construção dos Bancos Comunitários no Brasil.

A todos os companheiros e companheiras que constroem a economia solidária

Sumário

Introdução

1. A Vila Nossa Senhora Aparecida	09
2. O Banco Comunitário de Desenvolvimento Justa Troca	19
3. Conhecendo a comunidade para funcionar melhor: as pesquisas sobre produção, consumo e a realidade socioeconômica da Vila Nossa Senhora Aparecida	39
4. O papel da Universidade	51
Considerações finais	53
Agradecimentos	55

Introdução

O CANTO DA LIBERDADE

“Ouço um novo canto,
Que sai da boca,
de todas as raças,
Com infinidade de ritmos...
Canto que faz dançar,
Todos os corpos,
De formas,
E coloridos diferentes...
Canto que faz vibrar,
Todas as almas,
De crenças,
E idealismos desiguais...
É o canto da liberdade,
Que está penetrando,
Em todos os ouvidos... “

SOLANO TRINDADE

In Poemas Duma Vida Simples, 1944

Os diferentes cantos na busca por melhores condições de vida provocam a luta travada por muitas comunidades do Brasil, reivindicações pelos seus direitos básicos. Este país, marcado desde sua colonização por desigualdades, passa a construir um canto novo, caminho de liberdade, uma ideia, uma faísca, de valorizar a própria riqueza das comunidades.

No ano de 2014 encontraram-se pessoas com diferentes trajetórias e ideias que fizeram surgir algo novo: o projeto de estabelecer Bancos Comunitários em dois bairros de Porto Alegre. Um na Zona Norte, outro na Zona Sul da cidade, surgem da caminhada de pessoas e grupos que incansavelmente seguem buscando e construindo alternativas para viver melhor.

Professores, técnicos e estudantes do Núcleo de Estudos em Gestão Alternativa, NEGA, da Escola de Administração da UFRGS cruzaram essas caminhadas numa mesma busca, trazendo outros conhecimentos e a estrutura da Universidade para essa construção. Assim, o NEGA entrou nessa história como um dos principais incentivadores e apoiadores das iniciativas de construir na prática esses Bancos Comunitários, aprofundando esta temática que o grupo já vinha estudando. Surge assim, em Porto Alegre, uma parceria que faz com que Bancos Comunitários sejam uma realidade também aqui, no Sul do Brasil.

Nos últimos anos, muitas coisas aconteceram, e tanto a Vila 1º Maio, no bairro Cascata, quanto a Vila Nossa Senhora Aparecida, no bairro Sarandi, estão vendo o surgimento dos seus respectivos Bancos Comunitários. Este caderno surge para registrar essa história, permitindo que mais pessoas conheçam estas experiências, e incentivando a que se organizem para melhorar sua própria comunidade. Se organizar e se apoiar mutuamente é sempre importante, mas estamos vivendo tempos especialmente violentos e percebendo mais dificuldades econômicas. Nesses momentos é ainda mais urgente apostar em iniciativas que vão além de ações individuais e isoladas, construindo juntos possibilidades de nos reconhecer e nos apoiar com solidariedade.

Cada lugar, cada comunidade, tem suas particularidades e só é possível construir algo novo num lugar, ou mesmo recuperar antigas práticas, quando as conhecemos. Então, neste caderno, dedicado à experiência Vila Nossa Senhora Aparecida, apresentamos, na primeira parte, a história e as características da comunidade e de algumas iniciativas de organização que levaram ao surgimento do Banco Comunitário Justa Troca. Na segunda parte, contamos a história do Banco Comunitário, começando por explicar que é e como funciona um Banco Comunitário, relatando experiências de outros lugares do Brasil, e compartilhando tudo o que já foi feito e o que está por fazer aqui, no Banco Justa Troca. E por último, na terceira parte, apresentamos alguns resultados de duas pesquisas que surgiram como fruto da parceria entre a comunidade e a universidade, que nos trazem informações importantes sobre os fluxos de produção e de consumo na Vila.

Esperamos que este material provoque novos olhares sobre as dinâmicas econômicas comunitárias, atraia mais pessoas para essas experiências e ajude a fomentar iniciativas semelhantes onde possam florescer práticas sociais solidárias e transformadoras.

O bairro Sarandi é hoje um dos mais populosos de Porto Alegre, com uma população de 91.366 habitantes, sendo estes 47.948 mulheres e 43.418 homens¹. A Vila Aparecida, localizada na parte nordeste do bairro, junto às avenidas Assis Brasil e Bernardino Silveira Amorim, conta hoje com uma população de aproximadamente 4.170 pessoas, sendo 2.044 mulheres e 2.126 homens, segundo o censo IBGE 2010². As duas ruas principais da vila são a Senhor do Bomfim e a Affonso Paulo Feijó, ambas atendidas pela linha de ônibus “São Borja – 624”. Existem também outras linhas de ônibus que passam nas avenidas que circundam a comunidade, como o “Diretão - 71” linha rápida do centro à Zona Norte.

O fato de estar localizada próxima a uma das principais rodovias de saída da cidade rumo a outras regiões do Estado, a BR-290, também conhecida como Free Way, é um fator de atração de indústrias e depósitos de distribuição de produtos para a zona, devido à facilidade de escoamento de mercadorias. Consequentemente, mesmo que a vila tenha um núcleo residencial, seus limites são marcados por grandes armazéns industriais, depósitos, e outros estabelecimentos produtivos, característica notada principalmente no Beco José Paris e na Av. Bernardino Silveira Amorim.

Mas nem sempre foi assim. Sarandi era o nome dado, ainda no século XIX, ao arroio que alimentava a várzea do rio Gravataí naquela região. Seus arredores começaram a ser povoados com maior intensidade no início do século XX através de chácaras, estâncias de criação de gado e plantações de arroz. Entre as décadas de 1940 e 50 iniciou-se o processo de saneamento e loteamento do bairro Sarandi, como parte da política de expansão urbana de bairros populares, pelo então prefeito Ildo Meneghetti³.

A área em que hoje está localizada a Vila Nossa Senhora Aparecida permanecia como um descampado ainda no início dos anos 1970, e em 1977 começou a ser ocupada de maneira acelerada por famílias que viram a possibilidade de fixar moradia ali.

Devido à rapidez com que várias casas foram construídas, a vila passou a ser popularmente conhecida como “Caiu do Céu”, nome pelo qual seguiu sendo chamada por alguns anos. Mas a ocupação só foi possível porque houve um importante processo

¹ De acordo com dados do IBGE disponíveis no site ObservaPoa: <http://portoalegreemanalise.procempa.com.br/?regiao=53> (Acessado em 25/06/2017)

² <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=431490&search=||info%EFicos:-informa%E7%F5es-completas>

³ <http://www.folhadosarandi.com.br/especial.php?item=10>

de organização da população que estava se estabelecendo ali, e por isso muitos de seus protagonistas reivindicaram que a Vila não “caiu do céu”, e sim foi fruto do trabalho e organização de muita gente.



Figura 2. Arquivo Pessoal de Walter Michels - Conselho do Posto de Saúde e morador da vila desde 1979

Conforme contam moradores da comunidade⁴, o processo de ocupação ganhou uma nova configuração a partir da década de 1980 quando o DEMHAB – Departamento Municipal de Habitação- comprou a área da maior parte do bairro e começou o processo de regularização, que foi concluído somente em 1992. Conversamos com Juliano Borges, morador desde o período da ocupação, que nos contou que:

“Depois da ocupação [...] o DEMHAB começou a regularizar... Não tinha saneamento básico nem nada, só uma parte que era loteada. Aí o DEMHAB começou a comercializar os lotes, ali por 81, 82, que já tinha associação aqui. Isso aí foi tudo pelo Orçamento Participativo (OP) também. Ali em 89 depois do OP que a coisa começou a mudar, porque antes era terrível morar aqui, o esgoto tudo a céu aberto”. Juliano Borges – Conselho do Posto de Saúde e morador da vila desde 1981

⁴ As informações aqui apresentadas se baseiam em narrativas de moradores antigos do bairro entrevistados para reconstruir a história da comunidade.

O relato anterior chama a atenção para as transformações que foram acontecendo no processo de organização da comunidade. De fato, no início, as condições de vida nessa área eram muito mais precárias, e foram melhorando aos poucos, com alguns apoios.

Nas décadas de 80 e 90, a Capela católica servia como ponto de encontro da comunidade, e ali aconteciam reuniões e atividades culturais de diferentes grupos. Foi nesse processo que se decidiu coletivamente que a Vila se chamaria Nossa Senhora Aparecida, e a capela ficou também com esse mesmo nome.

Por necessidade de unir as forças frente as demandas da comunidade, foi formada a Associação Jardim Alvorada em que atuavam conjuntamente pessoas de toda a vila, e através dela se efetuaram algumas demandas junto ao poder público.

Foi com a chegada do Orçamento Participativo, a partir de 1989, que se conseguiram conquistas como o asfaltamento das ruas e o saneamento básico. As conquistas foram produto da organização da população, mas ao mesmo tempo, com o avanço do OP, a participação da população nas associações começou a perder força.

Durante os anos de maior participação e luta no Orçamento Participativo conquistou-se o asfaltamento e o saneamento em praticamente toda a vila. A exceção foi no Beco do Chimarrão, caso em que a prefeitura alegou que não poderia sanear e asfaltar por questões técnicas, já que o terreno ocupado era uma propriedade particular, e, portanto, não poderia ter construção de infraestrutura pública. Apesar de muitas tentativas da população, o Arroio Feijó - ou “Valão”, como é popularmente chamado – segue sendo até hoje um canal retificado que recebe esgoto irregularmente e sem tratamento de algumas casas da vila, que não possuem saneamento básico.



Figura 3 – Imagem da rua do “valão” retratado na nota de 1 Justo, moeda social da comunidade

A regularização dessa área e o serviço de saneamento, que são atribuições da prefeitura, continuam sendo umas das principais demandas dos moradores dessa região. O aporte de esgoto não tratado constitui um problema ambiental, que resulta em mau cheiro e contaminação do solo e da água por coliformes fecais e outros resíduos, podendo ser local de disseminação de vetores de doenças como ratos, mosquitos e baratas. Em dias de muita chuva, até hoje existem registros de alagamento nas áreas próximas ao arroio.

Outra conquista importante da Vila foi a instalação de um Posto de Saúde que está localizado no Beco José Paris 235 e é vinculado ao Grupo Hospitalar Conceição. Junto ao posto funciona o Conselho de Saúde, que além das funções provindas da gestão da Unidade Básica de Saúde, é bem atuante e articulado para levar adiante as demandas da vila, sendo composto por lideranças comunitárias, e muitas vezes acabando atuando como uma espécie de associação de moradores. Assim, muitas vezes o Conselho também assiste informalmente à população em questões como bueiros entupidos, postes estragados entre outras questões da infraestrutura da vila. Essas lideranças servem como interlocutores da população com o poder público.

Com o Orçamento Participativo a comunidade também conquistou uma Incubadora Popular, fruto da luta por espaços para abrigar empreendimentos coletivos que – como a Cooperativa de Costureiras Unidas Venceremos, fundada em 1996- funcionavam como opção de geração de trabalho e renda para os moradores do bairro. A Incubadora oferecia um espaço e apoio para que os grupos, iniciando com poucos recursos, pudessem se fortalecer, dando resposta a uma das maiores dificuldades enfrentadas naqueles anos, que era falta de emprego das famílias que ali residiam. Posteriormente, nos anos 2000, esta incubadora parou de funcionar por falta de interesse dos governos municipais em dar continuidade para aquela política pública.

Não há escolas dentro da comunidade, porém há escolas nos bairros vizinhos que atendem à demanda de vagas dos moradores da vila, como a Escola Municipal de Ensino Fundamental Décio Martins Costa na vila Santo Agostinho. Por outro lado, funcionam na vila duas creches comunitárias: a Trenzinho da Alegria, localizada na rua Sr. Do Bom Fim, e a Nova Geração, na rua Primavera, sendo esta última, fruto do trabalho cooperativo, sobre a qual falaremos logo em seguida.

Ao longo do tempo, foram reduzindo os espaços comunitários e lugares de encontros. Nos anos 2000, a Capela Nossa Senhora Aparecida passou por uma mudança de gestão e deixou de abrigar atividades que não fossem ligadas à igreja católica. Atualmente, existem também na comunidade dois Centros de Umbanda e outras três pequenas Igrejas Evangélicas, que também são um espaço de encontro apenas para as atividades de suas comunidades religiosas.

Na rua Affonso Paulo Feijó também está localizado o Centro Administrativo Regional da Região Norte, CAR Norte, que atua como uma subprefeitura representando a zona norte.

Com o passar dos anos, a infraestrutura e os serviços foram melhorando para a comunidade, mas prevalecem alguns problemas importantes como a situação descrita em relação ao “valão” e o esgoto ao céu aberto. Persiste também a falta de espaços de lazer, como praças e quadras esportivas, sendo uma das principais mudanças desejadas pelos moradores, especialmente espaços e oportunidades culturais para que os jovens possam se envolver.



Figura 4. Vila Nossa Senhora Aparecida

Progressivamente, o processo de organização da comunidade foi também decrescendo, ao tempo em que foram emergindo outros problemas e carências. O Orçamento Participativo sofreu mudanças importantes ao longo dos anos, diminuindo os recursos disponíveis para melhorar as condições de vida nos bairros, até ser extinto recentemente pela gestão municipal. Por sua vez, a associação de moradores Jardim Alvorada está inativa já faz alguns anos, depois de passar um período esvaziada e

abandonada pela maior parte dos moradores, evidenciando o enfraquecimento das lutas comunitárias.

Olhando para o histórico, percebemos que a comunidade tem passado por fases de maior união e solidariedade alternando com fases de maior fragmentação, movimentos que acontecem também pelo incentivo de políticas ou da iniciativa de alguns grupos para que surjam alternativas.

Nos últimos anos, a principal causa da desmobilização e recuo da comunidade em torno de questões para o bem comum foi o crescente da violência vinculada ao tráfico de drogas, que causou uma série de assassinatos e tiroteios na vila. Entre 2013 e 2015, grupos criminosos de fora passaram a atuar no bairro causando a crescente desconfiança e insegurança entre os moradores.

1.2. Geração de Renda e Solidariedade Comunitária: a cooperativa UNIVENS

Além das lutas por conquistar moradia e condições de vida, os moradores a Vila Nossa Senhora Aparecida protagonizaram também processos de organização para gerar experiências de trabalho coletivo que são símbolos da economia solidária no Brasil. Encontramos assim a cooperativa UNIVENS, que depois passou a fazer parte da cadeia do algodão orgânico Justa Trama. E a Creche Comunitária Nova Geração, que também funciona a partir do trabalho cooperado e solidário.



Figura 5. Cooperativa UNIVENS

A UNIVENS começou com um grupo de mulheres da vila que tinha um desejo comum de gerar renda através de seu trabalho. A primeira reunião foi na Capela da comunidade, e decidiram unir-se para produzir roupas. Em 1996 a Cooperativa UNIVENS, abreviação de Unidas Venceremos vai tomando forma e estabelece uma rotina de produção e comercialização de roupas. O movimento acontecia paralelamente às questões das lutas comunitários, muitas vezes a cooperativa inclusive servia de motivação para levar as mulheres às reuniões do OP na temática do desenvolvimento econômico, que de fato aproximou elas do Fórum de Economia Popular Solidária.

O grupo iniciou produzindo na capela, depois passou para a Incubadora Popular até finalmente adquirir sede própria em 2005. E toda esta caminhada demandava a participação ativa em diversas frentes de atuação. Conforme relata Nelsa, uma de suas fundadoras e lideranças:

“Então tu tem o bairro, tu tem também outro espaço que tem que ser ocupado, e exigindo bastante de tudo, a gente não tava em casa nunca. Além disso feiras fora daqui com produtos da UNIVENS, e feiras aqui dentro e tocando esse trabalho até 2005 que foi quando a gente veio pra cá aqui pra essa sede que foi um outro recomeço na nossa vida”

Os desafios que se apresentavam eram muitos, e assim foram aprendendo a tomar as decisões conjuntamente e lidar com as diferenças, características dos empreendimentos de economia solidária. Diferentemente das estruturas empresariais convencionais, aqui todas participam das decisões, o que se torna mais difícil do que simplesmente obedecer a ordens, porém é gratificante sentir que está construindo uma história e não simplesmente trabalhando para a história e lucros de poucos. Assim relata Edflia:

“A gente que tá aqui dentro a gente não percebe a importância que a gente tem, a gente tá aqui todo dia e a gente não vê. Mas as pessoas que vêm aqui elas se encantam (...) As colegas viajaram muitos lugares, eu fui no Uruguai agora esses tempos. A gente conheceu muita gente, gente importante, muito mais importante que nós que hoje conversam com a gente igual e antigamente não era assim”

Sentir-se importantes e valorizadas foi um dos ganhos da união das costureiras da Vila Nossa Senhora Aparecida, que foram assumindo desafios cada vez maiores, como a criação da Justa Trama: que é uma cadeia de produção solidária do qual a UNIVENS faz parte. A Justa Trama nasceu a partir do sonho de alguns empreendedores da Economia Solidária de terem um produto que desde o início fosse desenvolvido em outra lógica em relação ao modo de produção e também no cuidado com o meio

ambiente. Inicialmente, a Justa Trama⁵ fez uma produção de bolsas para o Fórum Social Mundial de 2005, quando os empreendimentos da confecção adquiriram tecido de uma cooperativa de tecelagem, que, por sua vez, comprou o fio de outra cooperativa de fiação, fazendo, assim, acontecer uma nova economia. O diferencial está na forma como a cadeia produtiva foi formada, desde o algodão que é plantado sem agrotóxicos, passando pela industrialização do fio e finalmente o produto final nas mãos de costureiras cooperativadas.

A Cooperativa Educacional Nova Geração também surge a partir da UNIVENS, conforme relata Elisângela:

“Essa escola ela começou por causa da Univens porque as mães que trabalhavam lá elas não tinham aonde deixar as crianças porque tinha uma escolinha só no bairro aqui e aquela escolinha ali da esquina ela era muito cara não dava para as costureiras que trabalhavam ali. Aí as costureiras da Univens tiveram a ideia de abrir essa escolinha aqui. A Nelsa teve a iniciativa de fazer essa escola para as mães, para as costureiras que trabalhavam lá ter aonde deixar os seus filhos por um preço mais acessível. Aí ela conseguiu uns parceiros pra conseguir dinheiro pra fazer essa escola.” (Entrevista Elisângela)

Nelsa complementa falando do objetivo de atender uma demanda da comunidade:

“A Nova Geração foi muito mais um lugar que havia uma demanda grande da comunidade de poder ter uma escolinha onde pudesse as crianças ficar. A gente também queria que os nossos filhos e netos pudessem ficar num lugar mais saudável, mais do que fazer esse vínculo, vamos cuidar da comunidade, vamos criar um outro instrumento,

Vemos então como a história da UNIVENS se entrelaça, por um lado, com a construção da economia solidária, outra forma de produzir e viver, e por outro, com a preocupação com a comunidade, a busca da melhoria das condições de vida da população que nela mora. É justamente a partir daqui que vai surgir a iniciativa de criar o Banco Comunitário, história que contaremos a seguir.

⁵ <http://comerciojustofld.com.br/index.php/rede/empreendimento/justa-trama/>

2 O Banco Comunitário de Desenvolvimento

Justa Troca

Como vimos na primeira parte, desde seu surgimento a vila Nossa Senhora Aparecida construiu importantes experiências associativas, mas apesar de todos os avanços, a organização comunitária foi perdendo impulso e em 2014 o cenário era de crescimento da insegurança e de desagregação dos moradores. É justamente nesse momento que surge a ideia de organizar um Banco Comunitário de Desenvolvimento, inspirado em outras experiências que vinham dando certo no Brasil e que poderiam ajudar a dar um novo impulso para a organização da comunidade e a melhoria da vida de seus habitantes.

Sabendo que existiam mais de cem Bancos Comunitários no Brasil e que até então não havia nenhum na Região Sul, o Núcleo de Estudos em Gestão Alternativa (NEGA), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, provocou, em dezembro de 2014, um debate com grupos de economia solidária da cidade onde se perguntava o por que não havia Bancos Comunitários de Desenvolvimento por aqui e se seria possível e viável desenvolver essas experiências em Porto Alegre. Os relatos indicavam que os mais de cem Bancos Comunitários espalhados por quase todas as regiões do Brasil, geravam avanços importantes nos lugares onde funcionam, geralmente comunidades pobres que se organizam para melhorar suas condições de vida e construir o desenvolvimento local.

E foi a partir deste encontro que surgiu a ideia de organizar um na vila Nossa Senhora Aparecida, pensando que este poderia ser um instrumento para o impulso do desenvolvimento e da organização comunitária, ampliando a economia popular solidária que já existia na comunidade com as experiências da UNIVENS, a Justa Trama e a Cooperativa Educacional Nova Geração, empreendimentos que abraçaram a ideia e os desafios de construir um banco da própria comunidade.

Foi preciso então começar pelo princípio, respondendo algumas perguntas que todos e todas faziam: de onde surge essa ideia de Bancos Comunitários de desenvolvimento? O que são esses Bancos? Como funcionam?

E então, começou o processo para criar o Banco Comunitário; chamar mais pessoas, motivar a comunidade, criar uma Associação, definir o nome da Moeda circulante local, o nome do Banco, a política de crédito. Foi um longo processo até o Banco Justa Troca começar a funcionar em novembro de 2016 .

Esta segunda parte vai nos permitir conhecer melhor o que são os Bancos Comunitários de Desenvolvimento e a história e as ações do Banco Justa Troca.

2.1. A ideia dos Bancos Comunitários surge da experiência de organização comunitária do Banco Palmas, no Ceará, e se espalha pelo Brasil

Realidades similares às da Vila Nossa Senhora Aparecida são vivenciadas em comunidades de diversos lugares do Brasil, onde vivem trabalhadores e trabalhadoras que padecem problemas comuns como falta de infraestrutura, de transporte, de serviços básicos, de emprego, de segurança. E que também lutam e se organizam, reivindicando direitos e construindo soluções individuais, familiares e coletivas para melhorar suas condições de vida. De fato, apesar de lidarem com muitas carências, há nessas comunidades muita vida que pulsa, muitas riquezas, saberes, cultura, produção de bens e serviços de diversas ordens e uma circulação significativa de recursos para o consumo das famílias que nelas vivem.

Foi isso o que descobriram nos anos 90 os moradores do **conjunto Palmeiras**, um bairro pobre ao norte da cidade de Fortaleza, no Estado de Ceará, onde foram morar antigos pescadores que nos anos 1970 foram expulsos da Beira-Mar pela especulação imobiliária. Organizados e buscando alternativas para melhorar suas condições de vida, eles realizaram um levantamento sobre o consumo das famílias e os resultados mostraram que havia muita riqueza no bairro, mas que “ia embora” porque o dinheiro não circulava localmente já que as pessoas compravam fora do bairro a maior parte dos produtos que consumiam, empobrecendo assim a comunidade.

E então resolveram criar a moeda social “Palmas”, para circular apenas no bairro, estimulando as pessoas a consumir internamente. E foi assim que em 1998 surgiu o **Banco Palmas, primeiro Banco Comunitário de Desenvolvimento** do Brasil.



Figura 6 - O Banco Palmas e a moeda social Palmas

Não existem bairros pobres, o que existem são bairros empobrecidos

A proposta do Banco Palmas foi de atuar em um território e intensificar suas potencialidades. Sua política econômica se deu a partir de uma ideia simples: *não existem bairros pobres, o que existem são bairros empobrecidos*. Estes bairros só vivenciam situação de escassez material porque perdem suas poupanças consumindo produtos que são vendidos fora do bairro. Ou seja, as suas poupanças “escapam”. Todo bairro tem recursos, provenientes da renda das pessoas que aí moram. O que acontece é que esses recursos são gastos fora do bairro, em hipermercados ou grandes lojas de confecção, por exemplo. Porque na grande maioria dos bairros não há oferta de tudo aquilo que se demanda, não se produz tudo que seus moradores precisam.

Assim, nessa perspectiva, a superação da pobreza de um território se dá a partir da acumulação de suas poupanças. Para esta acumulação ser possível, é necessário reorganizar as dinâmicas econômicas locais: o consumo deve ser direcionado de tal forma que ele seja em sua maior parte dentro do bairro, assim como os empreendimentos do bairro devem ser reorganizados de modo que supram as

necessidades demandadas. O consumo nos empreendimentos locais é feito através de uma moeda local (a Moeda Social), assim, a moeda nacional (o Real) é poupada para ser usada fora do bairro, aumentando o que os economistas chamam de “poder de compra” dos habitantes.

A experiência se espalha a outras comunidades até criar a Rede Brasileira de Bancos Comunitários

Desde que o Banco Palmas foi criado, lá em 1998, seu sucesso atraiu a atenção de diversas pessoas, servindo de exemplo para outras comunidades, às quais deram apoio e capacitação. A partir de 2003, a metodologia começou a ser discutida em vários municípios enquanto um instrumento eficaz de geração de renda para os mais pobres. Em 2004 surge no Ceará, no município de Paracun, o segundo Banco Comunitário de Desenvolvimento, o Banco PAR. Em 2005, surgem dois no estado do Espírito Santo: o Banco BEM e o Banco Terra e mais dois no estado do Ceará.

É neste contexto que a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES/MTE) passa a apoiar o fomento de outros Bancos Comunitários de Desenvolvimento, que daqui em diante vamos chamar apenas de BCD. Em 2006, já existiam nove BCDs criados em parcerias com universidades, governos municipais, estaduais ou federal. E foi então que se criou a *Rede Brasileira de Bancos Comunitários de Desenvolvimento*, que hoje conta com mais de cem integrantes ao longo do território nacional.



Figura 7: A Rede de Bancos Comunitários de Desenvolvimento no Brasil

A **Rede Brasileira de Bancos Comunitários** é um espaço importante de articulação de todos os Bancos Comunitários do Brasil para encarar os desafios de forma conjunta, fortalecendo as finanças solidárias e o desenvolvimento local.

2.2. Mas o que é um Banco Comunitário de Desenvolvimento? Um Banco da comunidade e para a comunidade

O Banco Comunitário de Desenvolvimento (BCD) é uma organização de caráter associativa e comunitária que presta serviços financeiros voltados para a geração de trabalho e renda e o fortalecimento das economias locais, tendo por base os princípios da Economia Solidária. A ideia principal é disponibilizar serviços financeiros para populações que normalmente (por conta da renda e também de onde moram) não têm acesso em instituições convencionais, como os bancos privados.

Os BCDs trabalham com diversos instrumentos, sendo os principais:

- ✓ **a moeda social circulante local:** consiste na criação de uma moeda emitida e controlada pela própria comunidade e que é aceita somente em estabelecimentos comerciais credenciados no território de atuação do Banco comunitário;
- ✓ **o microcrédito solidário,** que consiste em empréstimos tanto para o consumo quanto para a produção, sendo que a política de crédito é construída pela própria comunidade, utilizando critérios contemplam sua realidade;
- ✓ **a educação financeira,** orientando a população ao melhor uso dos recursos.
- ✓ **Outros serviços,** oferecidos por muitos BCDs, como apoio à comercialização, correspondente bancário, pagamento de contas, recarga de celular, microsseguros e muito mais.

A combinação de uma moeda social que só circula na comunidade com o microcrédito solidário busca integrar produção e consumo local. Quando o empréstimo é para consumo, é feito em Moeda Social, estimulando assim que as compras sejam realizadas dentro do próprio bairro, como o qual a riqueza continua circulando no

território. A ideia é que esses serviços, além de mais acessíveis sejam um instrumento de organização e estímulo ao desenvolvimento local.



Figura 8 - O ciclo da moeda social – exemplo do Banco dos Cocais

Os Bancos Comunitários de Desenvolvimento operam pelo princípio da delimitação territorial, dialogando assim com todos os tipos de empreendimentos existentes dentro do território definido, sejam eles provenientes da economia solidária, da economia popular ou da economia capitalista.

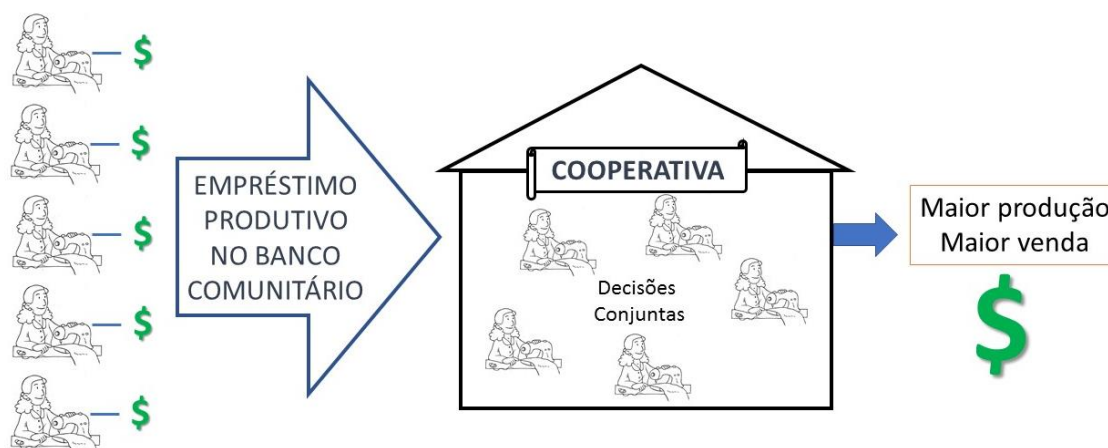
Diferenças entre um Banco Convencional e um Banco Comunitário

Banco Convencional	Banco Comunitário
Há dono ou acionistas	Quem é o dono é a comunidade
Gera lucro	Desenvolve a comunidade
A economia controla o banco	A Associação controla o banco
É propriedade do dono	É propriedade coletiva
Se justifica com o lucro	Se justifica pelo desenvolvimento social
Promove a concorrência, a	Promove a colaboração, a

competição e a disputa	cooperação e a solidariedade
Acredita nas garantias (renda, patrimônio, fiador)	Acredita na responsabilidade das pessoas (confiança)
Promove a disputa entre os empreendimentos do território	Reorganiza e motiva as economias locais
Centralizado, grande, poderoso, distante das pessoas	Descentralizado, perto das pessoas
Decisão centralizada	Decisão coletiva

Dentro da dinâmica de um bairro diversas atividades passam a ser consideradas como econômicas, desde assar o pão em casa até cuidar do filho da vizinha “de favor”, passando pelo aposentado que faz bico e pela dona-de-casa que borda pano de prato e vende. **Tudo isso faz parte da economia do bairro, são diferentes formas de produzir e distribuir riquezas.** O Banco Comunitário de Desenvolvimento tem que considerar tudo isso na hora de organizar seus serviços porque **é para a comunidade que ele trabalha, e é pela comunidade que ele se organiza.**

Identificar o potencial econômico e explorá-lo, impulsionando sua produção é parte da proposta do BCD. Por exemplo: em uma comunidade temos 5 donas-de-casa que costuram, cada uma na sua casa, sozinha. O BCD vê aí um potencial econômico. Se essas cinco mulheres se reunirem e montarem uma cooperativa, elas poderão produzir e vender mais. “Ok, mas e de onde elas vão tirar dinheiro para comprar as máquinas de costura?” alguns perguntariam. É aí que entra o BCD. Lembra que falamos em crédito em Moeda Social e crédito em Real? É para isso que serve o crédito em Real, também chamado de “crédito produtivo”. As cinco mulheres podem pedir um empréstimo em Reais e comprar as máquinas de costura, os tecidos e as linhas que precisam, e assim começar a produzir.



Um Banco comunitário pode trazer muitas contribuições para a comunidade. Entre elas:

- ✓ Potencializa os serviços financeiros locais e fortalece, de forma participativa, a economia no bairro. A **gestão é feita pela própria comunidade**: é ela quem oferece e quem utiliza os serviços do Banco.
- ✓ Promove, através das linhas de crédito, uma rede local de produção e consumo.
- ✓ Apoia os empreendimentos em suas estratégias de comercialização, como feiras, lojas, central de comercialização e outros.
- ✓ Apoia empreendimentos produtivos do bairro já existentes e possibilita criação de novos.
- ✓ Promove a colaboração, a cooperação, a solidariedade e os laços de confiança entre os moradores.

O passo-a-passo para a constituição de um Banco Comunitário de Desenvolvimento (BCDs) inicia com o desejo de um grupo de moradores que se disponha a mobilizar a comunidade, estudando o tema dos Bancos Comunitários para poder constituir o grupo que vai gerir esse banco. Formalmente, o Banco precisa estar vinculado a um CNPJ que pode ser de uma associação de moradores já existente ou uma nova criada com esse fim. Para o BCD atuar com as linhas de crédito é necessário um fundo que sirva como lastro para as moedas sociais em circulação e possa ser utilizado para os empréstimos produtivos. Com a associação criada e o fundo arrecadado, a formação sobre o funcionamento de um BCD e preparação das pessoas que vão atuar como agentes de crédito e constituirão o Conselho Gestor é essencial, portanto é recomendável a vinculação à Rede Brasileira de Bancos Comunitários que presta assessoria a esse tipo de questões. Para o cumprimento do objetivo de dinamizar a economia local o BCD precisa de um espaço para estabelecer-se, que pode ser simples, uma pequena sala é suficiente aonde possam trabalhar os agentes de crédito. Muitos BCDs para a sua própria sustentabilidade atuam como correspondente bancário aonde os moradores podem fazer pagamentos e outros serviços bancários.

Assim é como normalmente se implantam os Bancos Comunitários, porém cada comunidade tem a sua dinâmica e suas potencialidades, mas essas iniciativas sempre partem do desejo comum de moradores que querem ver sua comunidade se desenvolvendo e superando a pobreza pois afinal é ali seu local de moradia, muitas vezes local de trabalho, aonde vivem grande parte do tempo de suas vidas.

2.3. Primeiros passos para criar o Banco Comunitário Justa Troca

Como já foi dito anteriormente, depois de participar em um seminário com empreendimentos de economia solidária sobre Bancos Comunitários de Desenvolvimento, organizado pelo NEGA, na Escola de Administração da UFRGS, a Nelsa, da Cooperativa UNIVENS, traz a ideia para a Vila Nossa Senhora Aparecida.

Era inícios de 2015 e a vila passava por um momento de intensa desmobilização comunitária, com o tráfico e a insegurança crescendo. Pensava-se que o Banco Comunitário poderia ser um instrumento para retomar o impulso do desenvolvimento e da organização comunitária.

Foi então marcada uma reunião para começar a pensar como aconteceria de fato o funcionamento de um Banco Comunitário na vila Nossa Senhora Aparecida que já havia passado por outros processos de organização na comunidade, como a luta pela regularização dos terrenos ocupados, as reivindicações de infraestrutura do bairro através do Orçamento Participativo e, paralelamente a geração de renda das mulheres através da economia popular solidária que gerou frutos como a UNIVENS, a Justa Trama e a Cooperativa Educacional Nova Geração, empreendimentos da comunidade que abraçaram a ideia e os desafios de construir um banco da própria comunidade.

As reuniões iniciaram na sede da UNIVENS contando com um grupo de pessoas que vieram inicialmente para conhecer as experiências existentes, entender mais e discutir como seria realizar isso. O trabalho às vezes parecia muito grande, mas todos saíam das reuniões com tarefas, trazer mais gente, sempre acontecia nas reuniões de que os moradores lembravam de alguém que poderia gostar de participar, lembravam de alguém que gostaria de estar contribuindo por pensar em melhorar a comunidade ou por já haver participado de associações.



Figura 9 – reuniões e encontros

Os encontros foram evoluindo de modo que o grupo que participava, foi aos poucos se apropriando dos desafios e começando a pensar de que forma o Banco Comunitário poderia ser uma realidade. O grande desafio era a mobilização da comunidade e com esse objetivo foi organizado, em setembro de 2015, um encontro com o fundador do Banco Palmas, Joaquim Melo, que veio de Fortaleza para apresentar a experiência inspiradora do conjunto Palmeiras. De fato, o Banco Palmas serve de referência para quase todos os bancos comunitários do país. A vinda do Joaquim conseguiu reunir 34 pessoas e trouxe muita discussão sobre como seria ter um banco comunitário na vila Nossa Senhora Aparecida.

Figura 10. Visita do Joaquim, do Banco Palmas. Arquivo NEGA



Muitos debates precisaram ser feitos sobre o papel que o Banco poderia ter na comunidade. E sempre a principal motivação dos integrantes do grupo mobilizador é a busca da melhoria da comunidade e de que forma o Banco pode contribuir com isso. Como nos conta Luciana, membro do Banco Justa Troca:

“eu acho que o que nos move é um pouco disso, é um pouco de mudar esse quadro que a gente tem hoje. É o meu ponto de vista, é o que me incentiva a trabalhar de certa forma com essas questões [...]. E a gente vê muito isso quando a gente visita o comércio e as pessoas questionam a questão da segurança. “Ah, mas vai ter um banco aqui?” Mas a gente vai tentar operar de uma outra forma. Não dar nome só de banco, vamos chamar de banco de desenvolvimento, de banco comunitário, pra as pessoas ligarem isso não só a dinheiro, né? Ver como se fosse uma associação. [...] (Entrevista Lu, Banco Justa Troca)

De forma sistemática, o grande desafio colocado é como mobilizar a comunidade, como gerar entusiasmo para um novo projeto coletivo

“Mas eu acho que basicamente é como que a gente se mobiliza para fazer com que isso vá para frente, que a gente se enxergue num projeto comum, além de morar nesse lugar com essas pessoas, com essa vizinhança, qual é o projeto que a gente poderia construir? Além de partilhar a vizinhança o que a gente poderia ter mais? Talvez seja essa questão da mobilização que a gente tenha que pensar, acho que a gente vai tentando agregar mais pessoas, mas o que faz as pessoas sair da inércia, desse lugar de –ah, já tenho meu banco, vou ter que me incomodar com isso? Porque vai exigir que cada um de nós invista parte do seu tempo nisso. Eu acho que essa é a questão.” Egídio de Marco – Dentista do Posto de Saúde (11/08/2015)

Nas últimas reuniões de 2015 o grupo mobilizador avança em direção a algumas decisões importantes e decide o nome do banco: *Justa Troca*, uma referência ao papel do banco comunitário que atua fomentando a economia local, trocas de produtos e serviços entre vizinhos que compartilham a mesma realidade intermediados pela moeda social. Posteriormente, se define também o nome da moeda, que passa a ser o *Justo*.



Figura 11: Processo de decisão do nome do banco. Fonte: Arquivo NEGA

No início de 2016, se avança na criação da Associação e entidade gestora do banco, necessária para seu funcionamento. A Associação Comunitária Vila Nossa Senhora Aparecida – ACONVI foi criada no dia 2 de maio de 2016, quando se aprova o estatuto e se definem os cargos de direção. O Banco Comunitário Justa Troca nesse momento dava mais um importante passo na direção da sua constituição. A motivação é sempre a mesma: um instrumento para unir a comunidade, para contribuir com sua melhoria.

“Mas alguma coisa que nos una, isso que é legal, pô, a gente não tá separando ninguém por partido, por ideologia, lógico que a gente vai investir nisso que as pessoas tenham uma ideologia de compromisso, mas algo que ele é bem aberto para todo mundo, tem que criar uma proximidade com quem tem um comércio, mas que não é uma disputa entre um e outro, isso eu acho que pode ser algo muito bom para a nossa comunidade, faz com que as pessoas acessem, eu não poderia imaginar outra coisa” Nelsa Nespolo – Cooperada da UNIVENS e moradora da vila.

A formalização da associação foi um passo importante, mas as ações para fazer o banco comunitário funcionar são muitas e continuam sendo desenvolvidas: criar o logo do banco, criar e imprimir a moeda circulante local, com imagens que reflitam a identidade da Vila Nossa Senhora Aparecida.



Figura 12 – A moeda social Justo, criada a partir de imagens representativas da comunidade

Realizaram-se ainda duas pesquisas, com o apoio da universidade e a participação de jovens da comunidade: uma, em 2015, sobre a produção e os serviços e outra, em 2016, sobre os dados socioeconômicos e do consumo.

A busca de recursos para o fundo e para o funcionamento do Banco Comunitário foi outro desafio fundamental, conseguindo-se contribuição de organizações internacionais parceiras, como o CERAI, Centro de Estudos Rurais e de Agricultura Internacional e a Nexus - Emilia Romagna, que contribuíram com apoio financeiro ao Banco Comunitário Justa Troca.

A política de crédito foi resultado de um processo de capacitação e discussão da equipe do Banco Comunitário, que detalharemos no ponto seguinte. A visita aos comércios permitiu identificar aqueles que aceitariam a nova moeda.

E assim, o Banco Comunitário de Desenvolvimento Justa Troca, abriu suas portas em novembro de 2016, após dois anos de organização e preparação.



Figura 12 - Inauguração do Banco Justa Troca. Novembro de 2016

2.4. As feiras comunitárias

As feiras comunitárias iniciaram em 2015, organizadas pelo grupo mobilizador do Banco Justa Troca e tendo como objetivo promover o comércio local e a integração comunitária. Têm sido espaços importantes de integração, de divulgação dos produtores locais e de disponibilização de produtos saudáveis provenientes da agricultura familiar.

As Feiras têm servido como mecanismo de ativação de circuitos econômicos, que ajudam a formar a base da economia popular.



Figura 13 – Feiras comunitárias

2.5. O início das operações: política de crédito e início da circulação da moeda

Como vimos, uma das propostas do Banco Comunitário para dinamizar a economia local é emprestar dinheiro, em reais e justos, para que as pessoas comprem e produzam dentro da comunidade. Para legislar esses empréstimos é necessária uma Política de Crédito. O que é isso?

Política de Crédito são as regras que um Banco Comunitário de Desenvolvimento estabelece para que as pessoas da comunidade possam acessar as linhas de microcrédito oferecidas. As regras expressam os princípios de acesso ao microcrédito que será disponibilizado, colocado a serviço da comunidade. Uma Política de Crédito é elaborada pela comunidade, por meio das pessoas que participam do Conselho Gestor do banco comunitário.

A Política de Crédito está expressa em documento que deve conter as seguintes informações:

- Quais são as linhas de microcrédito;
- Quem pode acessar o crédito e quem tem prioridade;
- Quais são os valores mínimos e máximos;
- As taxas de juros, de atraso;
- Os prazos e formas de pagamento;
- Número de parcelas para o pagamento;
- Relação com inadimplência;

Como é a Política de Crédito do Banco Comunitário Justa Troca?

O Banco Comunitário Justa Troca tem como um dos seus principais objetivos movimentar a economia local, incentivando a criação de redes locais de produção e consumo, bem como contribuirá com pessoas em situação de vulnerabilidade social e

econômica. O crédito é um de seus instrumentos principais e ele se orienta pela Política de Crédito aqui apresentada.

Para fomentar a circulação de riquezas dentro da comunidade, o Banco Comunitário utiliza a moeda social JUSTO, que é considerada um instrumento de desenvolvimento local.

De maneira geral, o Banco Justa Troca utiliza-se de duas modalidades de crédito: (1) Crédito Consumo e (2) Crédito Produtivo.

A modalidade de MICROCRÉDITO DE CONSUMO tem por objetivo fomentar o consumo de produtos e serviços do comércio local da Vila Nossa Senhora Aparecida, fortalecendo os empreendimentos individuais, coletivos, familiares. O crédito de consumo tem caráter emergencial direcionado às pessoas da comunidade que encontram-se em situação de vulnerabilidade social e econômica que precisam suprir necessidades como alimentos, gás, dentre outras que podem ser atendidas pelo comércio local e pessoas que aceitam a moeda social JUSTO do Banco Comunitário Justa Troca.

É destinado às pessoas da Comunidade Vila Nossa Senhora Aparecida, moradoras e moradores em situação de vulnerabilidade social e econômica, que tenham pelo menos uma ano de moradia e sejam maior de 18 anos. Além disso, terão prioridades as mulheres e participantes de oficinas de capacitação e atividades organizadas pelo BCJ;

O MICROCRÉDITO DE CONSUMO é realizado em moeda social JUSTO, com limite máximo de até 100 justos. Seu pagamento pode ser realizado em até 3 parcelas e não há cobranças de juros. O crédito é liberado em até 48h, após avaliação do Comitê de Análise de Crédito. Para poder acessar, a pessoas que buscar o microcrédito de consumo deverá indicar duas pessoas moradoras da comunidade de referência para aprovação do crédito de consumo. As pessoas serão consultadas para saber da credibilidade do mesmo, indicando se concordam com o empréstimo, caso as respostas sejam positivas, o crédito é encaminhado ao conselho gestor para aprovação final.

A modalidade de MICROCRÉDITO PRODUTIVO tem como objetivo fomentar o surgimento de novos empreendimentos coletivos ou individuais ou familiares, principalmente os alinhados com os valores da economia solidária, bem como apoiar os que já existem e foram mapeados no Mapeamento de Produção de Bens e Serviços (2015). É direcionado para o apoio e fomento de atividades econômicas, formais,

informais, coletivas, individuais, populares, que tenham atuação na comunidade, fortalecendo iniciativas de economia popular solidária.

É destinado às pessoas e grupos da Vila Nossa Senhora Aparecida que queiram iniciar ou fortalecer seu empreendimento produtivo, coletivo, individual ou familiar, formal ou informal. Como critérios gerais o empreendimento e profissional que acessar o crédito produtivo deverá aceitar a Moeda Social Justo, serem moradoras e moradores com pelo menos um ano de moradia na comunidade, comprovado e que deverá estar quite com débitos anteriores. Esta linha de microcrédito também aponta prioridades para sua concessão: mulheres; estar no mapeamento de produção e serviços da Vila Nossa Senhora Aparecida para fortalecimento de já existentes e participar de atividades promovidas pelo Banco Comunitário.

O microcrédito produtivo poderá ser liberado tanto em REAL quanto em JUSTO, dependendo da disponibilidade dos itens a serem apoiados na rede que aderiu à moeda social. O primeiro crédito será de até 150 reais ou justos e o valor máximo apoiado será de 500 reais ou justos. O aumento gradual do limite do crédito produtivo será baseado no pagamento e quitação do crédito anterior. Em relação às condições de pagamento, o microcrédito produtivo pode ser pago em até 5 parcelas e haverá cobrança de juros nos créditos liberados em Real com uma de 1% ao mês. O usuário que acessar o microcrédito produtivo deverá apresentar um Plano de Investimento, descrevendo qual a finalidade e objetivo para utilização do microcrédito, apresentando um plano de aplicação com receitas e despesas do empreendimento ou projeto, bem como suas expectativas de resultado, demonstrando poder retornar o investimento do microcrédito para o fundo solidário do Banco Comunitário Justa Troca, permitindo que outras pessoas também possam acessar em outros momentos.

Como foi o processo de Desenvolvimento da Política de Crédito do Banco Comunitário Justa Troca?

A Política de Crédito do Banco Comunitário Justa Troca é resultado de um processo coletivo de construção. O início da sua elaboração se deu com a realização da Oficina Política de Crédito com o objetivo de responder algumas questões importante para o Justa Troca: Como vamos usar o fundo solidário do banco que está se formando?

Para quem vamos emprestar? Quais são as condições para as pessoas acessarem o microcrédito?

No dia 16 de Julho de 2016, na sede da Univens, foi realizada a oficina sobre microcrédito que teve como principal objetivo “Definir as diretrizes para organizar os próximos passos para estruturação e implantação do Banco Comunitário Justa Troca”. Contou com a participação das pessoas articuladoras, executoras, responsáveis pela implantação do Banco Comunitário Justa Troca. As perguntas que nortearam a discussão da oficina foram:

- O que é preciso para montar o Banco Comunitário de Desenvolvimento?
- O que queremos na comunidade?
- O que o Banco quer fazer com o seu fundo solidário, onde aplicar?
- Política de Crédito ajuda a visualizar as estratégias de desenvolvimento local.

Nesta oficina foram definidas as diretrizes iniciais para a construção da Política de Crédito.

O Justo começa a ser aceito. Uma etapa vencida, novos desafios a vista

Antes da moeda social Justo começar a circular, foi desenvolvido um processo de visitas aos comércios, para explicar seu funcionamento e identificar aqueles que se dispunham a aceita-la. Houve uma boa receptividade, conseguindo-se uma lista importante de estabelecimentos, como creche, farmácia, fruteira, loja de calçados, bazares e muitos outros, apontando boas perspectivas de ampliação na medida em que a circulação da moeda cresça no local.





Figura 14 – Aceitação da moeda Justo nos comércios da Vila Nossa Senhora Aparecida

O ano de 2016 culmina assim com um ciclo de mobilização e definições que se fecha, marcando o início de um novo momento, com novos desafios pela frente.

2.7. O protagonismo feminino

Ao longo da história do Banco Comunitário de Desenvolvimento, assim como dos empreendimentos de Economia Solidária que chegaram a construir as iniciativas dos bancos, é perceptível que a maior parte das pessoas que se engajam são mulheres. Mesmo que alguns homens se somem nos projetos, aquelas que permanecem por mais tempo e doam seu tempo e sua energia para que estas iniciativas cheguem a existir são principalmente mulheres. Muitos motivos poderiam ser apontados para isso acontecer, mas perguntamos às envolvidas por que elas acham que isso acontece.

O principal motivo apontado foi a tendência das mulheres a se ocuparem dos cuidados, resultado dos papéis sociais de gênero que estabelecem essas diferenças. É como se existisse um treino para que o olhar delas seja mais sensível para perceber as necessidades que a vida exige, e uma urgência em responder a essas necessidades de maneira coletiva, gerando um maior envolvimento com a comunidade. Apesar disso, sabemos que existem também muitos preconceitos, sendo que em espaços públicos e coletivos é muito comum que as opiniões e ações das mulheres sejam menos valorizadas que as dos homens. Mas mesmo assim, nestes casos, vemos que a garra com a qual elas permanecem engajadas na construção de melhorias para toda a comunidade garante que sejam respeitadas, e que seu trabalho abra espaço para que mais pessoas,

homens e mulheres, possam se envolver nas melhorias que todos e todas precisam em suas vidas.



Figura 15 – Fundação da ACONVI – protagonismo feminino

A primeira composição dos associados do Banco Justa Troca é principalmente de mulheres que já têm uma boa caminhada de organização e engajamento, e no que elas observam na sua caminhada, consideram que muitas vezes os homens não têm paciência, pois o processo de mudanças coletivas é lento, e eles querem algo mais imediato. Uma delas até arrisca dizer que

“Porque as mulheres querem as coisas e elas não desistem. [...] [alguns homens vieram] umas duas ou três vezes mas desistiram, porque eles, sei lá, acham que não vai dar certo, não querem compromisso. Eles não querem compromisso, a gente tem três, quatro compromissos e faz tudo. Tem o trabalho aqui, o de casa, mais isso, mais aquilo. Eu segunda e terça sempre tenho compromisso, o dia inteiro, das 11h as 13h faço todas as minhas coisas, vou no banco, faço tudo. E os homens não querem, por isso que eles não se envolvem em nada, eles não querem compromisso.” (Entrevista Edília)

Também é preciso tomar cuidado para que a desigualdade da divisão de tarefas domésticas não afaste algumas mulheres que querem participar, pois às vezes acontece de os maridos exigirem que elas deixem de participar de iniciativas coletivas para garantir que a janta esteja pronta no horário, sendo que os homens também devem garantir os cuidados domésticos, como alimentação e limpeza, dividindo igualmente as tarefas da casa.

3 Conhecendo a comunidade para funcionar melhor: as pesquisas sobre produção, consumo e a realidade socioeconômica da Vila Nossa Senhora Aparecida

Um dos aprendizados dos Bancos Comunitários já existentes é que cada comunidade tem um jeito próprio de funcionar, e por isso é importante conhecer bem as dinâmicas do bairro antes de começar um novo Banco Comunitário no local. Ao decidir atuar na comunidade, foram planejadas duas pesquisas pelo conjunto com os moradores, em parceria com o NEGA, para saber como se organiza a economia do bairro. O objetivo era saber quais e quantos comércios existem, quem compra neles, quanto dinheiro circula na comunidade e também se há outros recursos não contabilizados. Portanto, foram realizadas duas pesquisas: primeiro foi realizado um mapeamento da produção, comércio e serviços, no final de 2015; depois, no final de 2016, um mapeamento socioeconômico dos domicílios, visando quantificar o lado da demanda da comunidade e também identificar as dinâmicas econômicas das famílias, suas condições de vida, o uso que fazem dos mecanismos bancários e de crédito e relação que têm com a Vila. Explicaremos a seguir como foi esse processo.

3.1 Mapeamento da produção e dos serviços

O mapeamento da produção, comércio e serviços foi realizado no final de 2015 em parceria com o Laboratório de Inovação e Pesquisa em Finanças Solidárias, mais conhecido como PalmasLab. Junto com o NEGA, elaboraram um questionário direcionado aos empreendimentos e empreendedores da vila Nossa Senhora Aparecida para começar a entender a economia local. O objetivo deste mapeamento foi de obter a informação do que se produz, comercializa e quais serviços são oferecidos na comunidade.

A aplicação dos questionários em campo foi feita por jovens da comunidade e bolsistas do NEGA. A amostra era censitária, ou seja, a aplicação do questionário foi

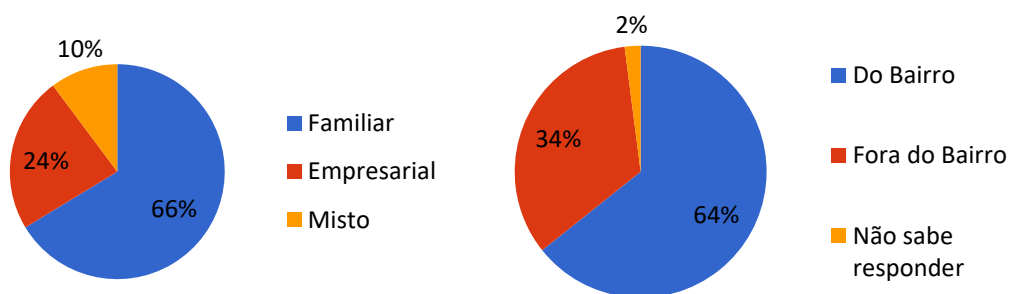
feita com todos os empreendimentos que nos abriram as portas. O papel dos jovens na realização dessa pesquisa foi essencial pois uma característica da economia popular é a existência de pequenos empreendedores domésticos que comercializam ou prestam seus serviços de modo informal e, às vezes, também intermitente. Por exemplo, sacolés, pessoas que costuram em casa, artesãs, pequenos serviços de reparos, entre outras pequenas economias, que os agentes externos da comunidade não teriam condição de identificar sem a presença de pessoas do local. Esta relação permitiu encontrar os negócios domésticos, conhecer as pessoas através de uma relação de confiança, e fortalecer a identidade dos jovens com a sua comunidade, valorizando sua atuação como agentes comunitários no lugar onde vivem.



Figura 15- Parte da equipe de entrevistadores que realizaram o mapeamento.
Fonte: arquivos NEGA

Os resultados do mapeamento da produção, comércio e consumo também são importantes para o pessoal que participa do Banco Comunitário poder pensar propostas que sejam interessantes para quem produz e comercializa dentro do bairro. Por exemplo, conhecendo melhor essas necessidades, é possível organizar linhas de crédito produtivo, e divulgar os negócios existentes para que a própria população conheça melhor a economia do bairro, e, especialmente, para potencializar essas iniciativas e fazer com que a riqueza do bairro escoe para fora.

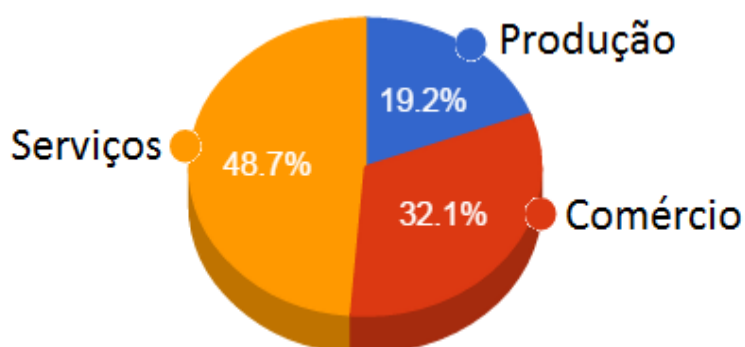
Ao todo, foram mapeados 98 empreendimentos na Vila Nossa Senhora Aparecida. Os resultados mostraram que 66% dos estabelecimentos do bairro são familiares, ou seja, são administrados por membros de uma mesma família e 10 são mistos, o que quer dizer que entre as pessoas que trabalham no estabelecimento tem o mesmo número de familiares e de não familiares. Os demais, 24%, são classificados como empresariais, pois não têm relações familiares entre os funcionários. Também se constatou que os



clientes dos estabelecimentos mapeados são predominantemente pessoas do bairro, representando 64% das pessoas que consomem na região.

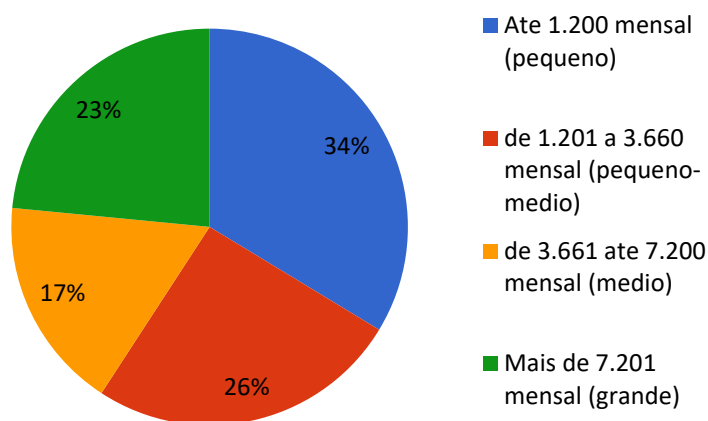
Fonte: arquivos NEGA

Existe uma variedade de tipos de atividades econômicas, como armazéns, bares, cabeleireiros, confecções, oficinas mecânicas, restaurantes, bazares e lojas de roupas. Na comunidade o setor econômico predominante é o de serviços com 48.7%, seguido do comércio, com 32.1% e sendo que o menos significativo é o setor da produção, com 19.2%.



Fonte: arquivos NEGA, mapeamento 2016

Pode se dizer que a maior parte dos empreendimentos mapeados são de pequeno e médio porte, de acordo com seu faturamento mensal, conforme podemos perceber no seguinte gráfico.



Fonte: arquivos NEGA, mapeamento 2016

É repetidamente apontado pelos moradores a falta de uma lotérica na comunidade, o que facilitaria a realização de serviços bancários. Ser um ponto de referência que permita o pagamento de contas e serviços do tipo é um dos objetivos que o Banco Comunitário Justa Troca pretende assumir na medida em que for aumentando seu alcance no bairro.

3.2 Mapeamento da comunidade - condições de vida, renda e consumo

No final de 2016 foi realizada uma nova pesquisa, desta vez com os moradores do bairro. A intenção inicial era saber mais sobre as dinâmicas de consumo das famílias, mas também foi percebida a necessidade de conhecer melhor a própria comunidade, saber quantas pessoas vivem ali, quais suas condições de vida, suas estratégias de trabalho, renda e crédito, além das necessidades que percebem na comunidade. Então, foi realizada uma pesquisa sócio-econômica do bairro, buscando entender melhor as principais características da população local.

O mapeamento, realizado no mês de novembro de 2016, teve como objetivo através de uma amostra de cerca de 200 domicílios da comunidade, traçar um perfil socioeconômico do bairro e identificar os hábitos de consumo, onde as pessoas consomem e porque consomem nestes lugares. Assim, novamente aconteceu um esforço conjunto da comunidade e do NEGA para realizar esta nova etapa da pesquisa. Tivemos também o apoio do Instituto Fidedigna⁶, especialista em pesquisas quantitativas, que assessorou o trabalho nas definições metodológicas da pesquisa, assegurando assim a representatividade dos dados levantados e a possibilidade de extrapolá-los para toda a comunidade.

Uma dezena de estudantes universitários de diferentes cursos trabalharam em conjunto com moradores do bairro que apoiaram como “guias locais” para aplicar 200 questionários na Vila Aparecida. A participação dos residentes locais como guias foi muito importante, pois mostraram as ruas e nos apresentaram em algumas casas, ao mesmo tempo em que aprendiam sobre como fazer pesquisa acompanhando a aplicação dos questionários. Os/as bolsistas do NEGA que realizaram a pesquisa na comunidade foram Mariana Pedroso, Giovanna Lopes, Camila Braz, Steffano Costa, Fernanda Valiati, Natalia de La Rue, Priscila da Silva, David D’Ávila Souza e Luíza Chini.



Figura 16 - Parte da equipe de entrevistadoras
Fonte: arquivos NEGA

⁶ <http://www.ifidedigna.com.br/>

Ao longo de 15 dias, essas pessoas passaram de casa em casa buscando moradores que se dispusessem a responder as **50 perguntas** do questionário, numa entrevista que durava entre 20 e 40 minutos. As perguntas buscavam ter acesso a informações da residência como um todo, para podermos perceber algumas médias e dados gerais, mas também existia um bloco de perguntas destinadas a saber alguns dados sobre as pessoas que constituem as famílias, suas idades, escolaridades e ocupações. Ao todo, foram entrevistadas 191 pessoas, alcançando uma população de 627 pessoas vivendo nessas residências.

Para definir a amostra que seria considerada na pesquisa, foram tomados cuidados para que a escolha refletisse os dados gerais da população do bairro em termos de idade, escolaridade e gênero, de acordo com o Censo de 2010. Isso faz com que seja possível generalizar alguns dos dados encontrados nesta pesquisa para a população geral do bairro, como faremos em alguns momentos a seguir⁷.

Ao passar nas casas para aplicar o questionário da pesquisa, também divulgaram o Banco Comunitário Justa Troca, entregando material explicativo e convidando as pessoas a se somarem à iniciativa. Na medida em que mais pessoas se somam, o Banco pode ir ganhando uma nova cara, como diz Nelsa Nespolo, uma das integrantes do Banco Comunitário:

“Acho que a pesquisa que foi feita foi legal para a gente pensar a comunidade e pensar coisas que a gente possa fazer a curto, médio e longo prazo com a tranquilidade de quem tem a vida toda pra construir, mas ao mesmo tempo tem pressa.”

AS PESSOAS, O VIVER E O LOCAL

A partir da mostra alcançada pela pesquisa, a análise dos dados mostraram uma maioria de mulheres (52,30% para 47,7% de homens) entre as pessoas residentes nos domicílios pesquisados. Esse dado é pouco diferente do total da cidade de Porto Alegre, que no último Censo do IBGE, de 2010, apresentava uma população de 53,61% de mulheres para 46,39% de homens⁸. Entretanto, a maioria das pessoas que foram apontadas como chefe das famílias entrevistadas são homens (57,9%) e apenas 42,1%

⁷ Os dados apresentados neste texto são um resumo daquilo que se pode perceber no relatório de pesquisa que estará disponível em breve no site do NEGA:

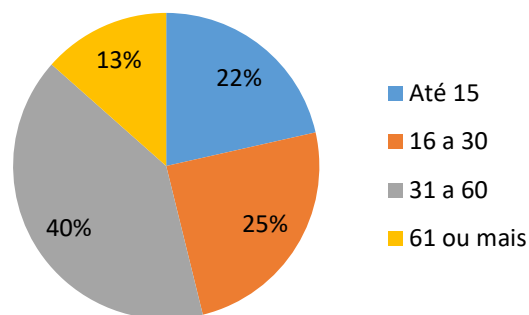
<https://www.ufrgs.br/gestaoalternativa/materiais-de-apoio/apoio/>

⁸ Fonte site ObservaPoa: http://www.observapoa.com.br/default.php?p_secao=43

são mulheres. Esse número destoa dos dados do município, no qual os responsáveis pelo domicílio aparecem sendo 50,13% dos homens e 49,87% mulheres (ObservaPoa/CENSO 2010⁹). Os dados sobre mulheres apontadas como responsáveis pelo domicílio vêm aumentando significativamente nos últimos censos, e aponta para a tendência de que o número de mulheres assumindo a chefia do lar siga aumentando.

Por outro lado, a população alcançada se autoidentifica majoritariamente como branca (63,7%), havendo uma quantidade similar de pretos (17,8%) e pardos (17,17%), que juntos representam 35,5% da população. Em relação à idade, percebe-se que a população jovem, com menos de 30 anos, é significativa. Na tabela à esquerda, em que vemos detalhadamente a quantidade de pessoas da amostra em cada faixa etária e o percentual que elas representam, e no gráfico à direita vemos que, quando agrupadas, as pessoas de 16 a 30 anos representam um quarto da população.

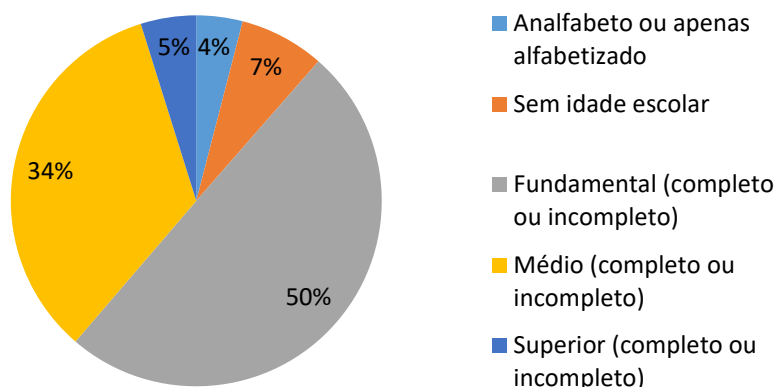
Idade	Pessoas	%
Até 12	101	16,10%
13 a 15	33	5,30%
16 a 20	62	9,90%
21 a 30	92	14,70%
31 a 45	136	21,70%
46 a 60	116	18,50%
61 a 75	71	11,30%
76 ou mais	13	2,10%
Total	627	100%



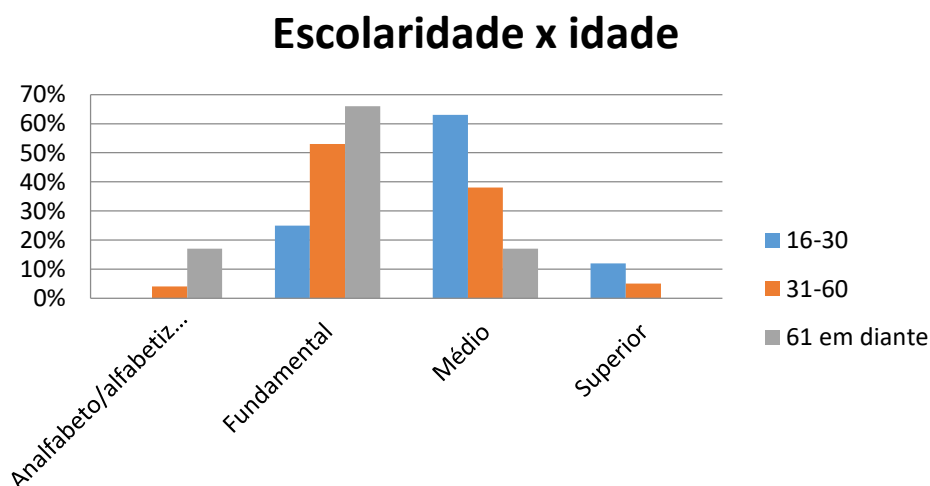
Dentre essa população jovem, percebemos uma melhora dos níveis de escolaridade em relação às pessoas mais velhas. Olhando de maneira geral para os dados da vila, percebemos uma concentração importante da escolaridade, metade das pessoas, concentrada no nível fundamental, seja completo ou incompleto, seguido de mais de um terço com acesso ao nível médio, completo ou incompleto, e um baixo acesso ao nível superior. No entanto, quando cruzamos esses dados com a idade, percebemos um aumento significativo de acesso à educação nas novas gerações. O principal indício desta afirmação é que, na faixa etária até 30 anos, não há analfabetismo, e 13% das pessoas estão (ou já concluíram) o ensino superior. Já

⁹ http://portoalegreemanalise.procempa.com.br/?regiao=1_3_135

entre as pessoas acima de 61 anos, nenhuma teve acesso à universidade, e 17% dessas pessoas são analfabetas ou apenas alfabetizadas.



Escolaridade geral da Vila Aparecida. Fonte: pesquisa NEGA



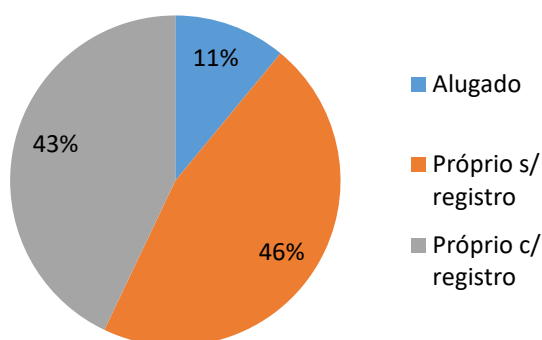
Cruzamento de escolaridade e idade. Fonte: pesquisa NEGA.

Se observamos o gráfico de barras acima, percebemos o progressivo aumento da escolaridade ao longo do tempo, o que provavelmente é resultado tanto das melhoras de condições de vida no bairro, como da expansão das políticas educacionais nas últimas décadas. Ainda assim, o acesso à universidade ainda é pequeno, e há uma quantidade significativa da população economicamente ativa que tem apenas o Ensino Fundamental. Estas diferenças evidenciam também as desigualdades existentes no interior da comunidade, que mesmo ampliando o acesso a direitos, ainda permanece

com características associadas à pobreza de recursos, comum nos bairros periféricos da cidade.

O VIVER

A pesquisa também permitiu conhecer um pouco mais da realidade da comunidade, e chegar a alguns números sobre condições de moradia, por exemplo o fato de que apenas 11% das famílias residem em casas alugadas, apesar de que, das casas próprias, pouco mais da metade não têm registro, evidenciando problemas de regularização fundiária nessa região que, conforme apresentado no início deste caderno, viveu ocupações irregulares de terra durante anos.



Apesar disso, a enorme maioria das casas é construída em alvenaria (91,60) e grande parte delas têm esgotamento sanitário (77%), apesar da significativa concentração de casas sem esse serviço na região do Beco do Chimarrão. Esta situação reflete as conquistas dos anos de mobilização social por melhores condições de moradia, e ao mesmo tempo evidencia a necessidade de seguir buscando melhoras, para que o saneamento básico possa de fato chegar a toda a comunidade.

Há também evidências de que se trata de uma comunidade em que se vive há bastante tempo: a média de anos no local é de 23 anos, dois terços das pessoas vivem há pelo menos 20 anos no local e apenas 18% das pessoas vivem há menos de dez anos. Cerca de 36,5% das pessoas vieram morar ali depois de já morarem em outras localidades do próprio bairro, sendo que 54% vieram por causa da família ou da possibilidade de acesso a moradia, enquanto outros 31,2% dos moradores nasceram na própria Vila.

Ou seja, parece tratar-se de uma comunidade que confirma a formação histórica de ocupação com base na necessidade de fazer moradia, que é obtida com a aproximação a parentes e familiares que iniciam o processo de migração para o local, muitas vezes partindo do próprio bairro ou espaços próximos dele e, uma vez na localidade, vive-se muito tempo no local, provavelmente corroborando a tese de um perfil de moradia popular e trabalhadora que tem poucas opções de mudança para outras localidades da cidade e/ou outras formas de comprar ou ter moradia para si e sua família.

Uma das possibilidades de funcionamento do Banco Comunitário de Desenvolvimento é através do uso do E-Dinheiro, que depende de que as pessoas tenham acesso a telefones celulares com internet para poder fazer suas compras no bairro. Por isso, perguntamos quantas pessoas da família têm acesso a essa tecnologia, e pudemos constatar que, apesar de que 73,3% das residências possuem pelo menos um Smartphone, apenas 40,80% das residências indicam ter algum ponto de acesso à internet 3G ou 4G. Isso quer dizer que menos da metade da população teria acesso a dados móveis, apesar de que uma quantidade significativa conseguiria usar seu Smartphone para realizar uma compra em caso de que o estabelecimento comercial tivesse wi-fi. Ainda assim, 22% das residências entrevistadas indicam não ter acesso nenhum à internet, o que mostra a importância da circulação da moeda social impressa, o Justo, que já está circulando no comércio do bairro.

O TRABALHO, RENDA E CONSUMO

Sobre a ocupação das pessoas, vemos que uma quantidade significativa, porém ainda pequena em relação ao total da população (27,8%) trabalha como assalariada com carteira assinada, e 19,8% são pensionistas ou aposentadas. Percebemos que uma quantidade também significativa de pessoas não têm um emprego fixo e formal, e isso se confirma pelo fato de que em aproximadamente um terço das casas (29,8%) foi indicado de que uma ou mais pessoas da família realizam alguma atividade produtiva como alternativa para gerar renda. Entre essas atividades, uma parcela importante faz e comercializa produtos de alimentação (22,2%) e outra parte produz artesanatos (15,9%). Outra atividade que se destaca é a venda de perfumarias e cosméticos (12,7%), a venda de roupas, artigos domésticos e joias (7,9%), além de serviços de cabeleireiro, manicures ou barbearia (7,9%). A maioria dessas atividades são realizadas na casa das próprias pessoas ou passando nas casas dos vizinhos, o que representa uma ótima

oportunidade de se beneficiar do uso da moeda social do bairro, o Justo, e das oportunidades de crédito produtivo do Banco Comunitário Justa Troca.

Segundo as respostas das pessoas entrevistadas, metade delas considera que a renda da família não é suficiente para comprar tudo o que gostariam, apesar de conseguir dar conta daquilo que é mais essencial. Em algumas residências (8,9%) há necessidade de pegar emprestado, ou complementar a renda da casa com o apoio de algum familiar, amigos ou vizinhos. Outros também indicam o cartão de crédito como alternativa, apesar de que 23,4% dos entrevistados disseram que ninguém da casa possuía conta em banco. Menos da metade das pessoas (45%) consegue manter uma conta poupança, e o principal motivo apontado para isso acontecer é que não sobra dinheiro para guardar. É importante olhar para essas situações e buscar alternativas de organização dos recursos, para melhorar as condições de vida das pessoas.

Voltando ao que comentamos na seção explicativa sobre a lógica dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento, o princípio é perceber que dentro da comunidade circula SIM uma grande quantidade de dinheiro, e que a maneira como ele é gasto é parte do problema de empobrecimento do local.

Menos da metade das famílias (41,9%) realiza alguma forma de controle de gastos, o que dificulta saber onde o dinheiro é gasto, tanto em relação ao tipo de produtos, quanto em relação ao lugar onde são comprados.

A RELAÇÃO COM O BAIRRO

Também foram realizadas algumas perguntas para saber como as pessoas se sentem morando no bairro, o que elas gostariam que fosse modificado e quanto elas se envolvem em atividades comunitárias. O que se pode perceber é que apenas 19,9% da população diz participar organizações ou grupos comunitários, sendo que, dessas pessoas a maioria aponta que seu envolvimento é em atividades religiosas. Nesse sentido, sobre religiosidade, é importante destacar que a maioria da população do bairro (64,9%) se apresenta como católica, seguida de evangélicos de diferentes igrejas (21,5%) e finalmente praticantes de religiões de matriz africana (7,3%). Portanto, aparece pouco envolvimento em outras iniciativas comunitárias que não sejam de cunho religioso. Coincidindo com aquilo que apresentamos no início do livro, sobre a história do bairro, uma quantidade maior de pessoas entrevistadas (37,9%) dizem ter tido algum envolvimento em iniciativas para melhoria do bairro nos anos anteriores, tanto na

Associação de Moradores, quanto no processo de luta pelo asfaltamento do bairro. No entanto, essas pessoas não seguiram se envolvendo depois que essas iniciativas terminaram.

Atualmente, as coisas que as pessoas mais valorizam na vila são seus vizinhos e a boa convivência, muitas delas considerando um lugar tranquilo, com silêncio e calma. No entanto, também é significativa a sensação de insegurança como sendo uma das coisas apontadas para não gostar muito da região. Uma parte considerável aponta os problemas de alagamento e falta de saneamento básico, decorrentes da situação apresentada anteriormente da região próxima ao valão.

4 O papel da Universidade

No processo da implementação dos Bancos Comunitários, a Universidade assume muitas vezes o papel de mobilizador, que sempre traz elementos novos para discussão e estuda possibilidades para avançar o próximo passo. Essa relação ocasiona uma troca interessante entre teoria e prática, evidenciada pela fala de uma das mulheres do grupo mobilizador:

“A universidade vem nos provocar refletir, e a gente vem provocar a universidade a fazer também, pra ver que no fazer também tu descobre outras coisas, do que tu só ficar teorizando. Eu acho importantíssimo isso, acho que tinha que ter muito mais aluno aqui. Acho que aqui é que é o grande estágio deles, não é numa empresa capitalista, não é sendo psicólogo lá do RH tal, para mandar tantos no emprego. É aqui mesmo, nas próprias comunidades, onde tem tanto trabalho para ser feito, pra ser desenvolvido.”

Quem é o NEGA?

Um dos agentes apoiadores no processo de fomento e implantação do Banco Comunitário Justa Troca é o Núcleo de Estudos em Gestão Alternativa (NEGA) fundado em 2013, com sede na Escola de Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (EA / UFRGS). O NEGA é um programa permanente de extensão que desenvolve ações de ensino, pesquisa e extensão ligadas a experiências e organizações alternativas de geração de trabalho e renda.

Os objetivos do NEGA são principalmente de estudar e conhecer experiências e organizações alternativas de geração de trabalho e renda; apoiá-las a desenvolver tecnologias sociais que as potencializem; discutir e subsidiar a formulação de políticas públicas de apoio a elas; e apoiar e fomentar a sua dinâmica de movimento social. Como resultado da reflexão e sistematização dessas ações, o NEGA espera produzir conhecimento que seja relevante tanto do ponto de vista acadêmico quanto social. Atuam no núcleo professores e alunos da UFRGS e técnicos externos, contando com eventuais parcerias e convênios com outras entidades e organizações que também atuem no desenvolvimento e apoio às mesmas experiências.

O NEGA recebe apoio institucional da UFRGS e da Escola de Administração, e contou com financiamentos do CNPq, do Ministério da Educação, da Secretaria Nacional de Economia Solidária e das Pró-Reitorias de Pesquisa e de Extensão da UFRGS para desenvolver suas atividades

Como se dá essa relação na prática?

Frequentemente, percebemos que a relação das universidades com as comunidades periféricas das grandes cidades é distante, como se o conhecimento da sala de aula tivesse um valor de alguma forma maior do que o conhecimento existente no cotidiano dos bairros. Este trabalho em parceria é um esforço para aproximar estas realidades.

Desde o início, tem sido estimulado que as pessoas envolvidas na construção do Banco Comunitário participem das atividades realizadas pelo NEGA em diferentes espaços da universidade, como seminários e debates, tanto para conhecer outras experiências, como para falar das suas próprias. Da mesma forma, alunos e professores apoiam no que for necessário para a realização das feiras de trocas e participam nas reuniões semanais do Banco Comunitário, constroem outras articulações e, principalmente, aprendem a construir novos conhecimentos junto das comunidades e a partir das suas realidades, abrindo a possibilidade para ressignificar a sua própria formação.

Essa relação pode ser pensada a partir da fala de uma mobilizadora da Vila:

“É uma relação bem de parceria mesmo, de respeito, de escutar o outro, eles respeitam muito a nossa autonomia, o que a gente decidir. O NEGA provoca que a gente tenha essa autonomia: - é com vocês, vocês é quem vão decidir, eu acho isso bem importante. (...) O NEGA que vem nos provocando a fomentar isso e sendo esse grande parceiro de nos manter essa caminhada viva para a gente continuar soprando aqui na comunidade. Eu acho que é importante para nós (...) porque isso aproxima também a nossa gurizada. Quando é que a gente pensou que os nossos *mapeadores* tivessem chance de andar com uma guria que tá estudando administração lá, que passou num vestibular, que é uma universidade pública federal? Então essa integração é importante, acho que tanto para eles que estão na universidade, quanto para nós que estamos aqui. Eu acho que isso faz bem para os dois lados, tanto para universidade quanto para a comunidade. Eu costumo dizer que a universidade pensa muito sobre o que a gente já tá fazendo aqui há muito tempo, então eu acho que essa coisa da extensão é juntar as duas coisas: porque a gente também fica só na *fazeção* que não reflete, a universidade vem nos provocar a refletir e a gente vem provocar a universidade a fazer também”.

Considerações finais

Com o presente Caderno, tentamos sistematizar e publicizar uma experiência recente de fomento ao Banco Comunitário Justa Troca. Trata-se, evidentemente, de uma iniciativa ainda em gestação e totalmente aberta à construção. É identificada a necessidade de mais envolvimento da comunidade com essa experiência e o NEGA/UFRGS segue apoiando o grupo gestor e a Associação para que essa trajetória siga em frente.

Esperamos com esse caderno manter o registro dessa experiência e estimular outras comunidades que sigam seus caminhos de auto-organização em busca de justiça social e melhores condições de vida. Entendemos também que é papel da universidade pública estar na rua, onde a vida acontece, construindo conhecimento junto com as pessoas e no calor das demandas que são cotidianas e sempre urgentes.

AGRADECIMENTOS

Este caderno não poderia ser produzido sem muitos apoios.

Em primeiro lugar da própria comunidade, que nos acolheu e confiou na possibilidade de construir algo juntos. Além do grupo mobilizador de organização do Banco, há os apoios da UNIVENS, da Nova Geração, do Posto de Saúde.

Tivemos sempre o apoio também da UFRGS para fomento à extensão e à pesquisa universitária, além do fomento externo já mencionado do MEC, do CNPq e da SENAES/MTE.

A Rede de Bancos Comunitários foi de fundamental importância em todo o processo, assessorando, capacitando e recebendo as equipes envolvidas na construção dos Bancos Comunitários em Porto Alegre. Destaque especial para a equipe do Banco Palmas, que estiveram juntos, lado a lado, ao longo de toda esta caminhada. Agradecemos também a recepção dos Bancos Comunitários Matarandiba (Bahia) União Sampaio (São Paulo) e o Banco Bem (Espírito Santo). As equipes universitárias do NESOL/USP e da ITES/UFBA também deram apoios significativos.

Destacamos a parceria com o CERAI, Centro de Estudos Rurais e de Agricultura Internacional e a Nexus - Emilia Romagna, que contribuíram com apoio financeiro ao Banco Comunitário Justa Troca

Sempre foi indispensável e ao mesmo tempo a essência do trabalho a presença dos alunos de graduação da UFRGS como bolsistas e/ou técnicos de apoio em diferentes momentos. Desde 2013 foram 44 bolsistas.

Houve também muitos apoios externos: o Instituto Fidedigna, nos apoiando nas pesquisas, a Patuá Comunicação Solidária, com apoios diretos à comunidade e em diálogo com esses passos de organização e mobilização que estão sendo construídos.

